

DÉFICIT DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS DO 6º ANO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA, NO PERÍODO DE ENSINO REMOTO, ANO LETIVO DE 2020, DA ESCOLA ESTADUAL LOBO D’ALMADA, SITUADA EM BOA VISTA – RR

Jucidéia de Almeida Silva

Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – EBTT.

<https://orcid.org/0009-0000-8861-7758>

E-mail: deiapicota3000@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N1-17>

RESUMO: A pandemia que apareceu no nosso país em março de 2020, trouxe consigo inúmeras consequências. A educação que anterior à pandemia, já tinha muitos obstáculos, desafios e incertezas, com a pandemia se acentuou, dentre esses desafios, aquele que mais preocupou foram aqueles alunos com AEE, pois se na era de educação presencial já era difícil, com o ensino remoto se acentuou, pois teve que passar das aulas presenciais às aulas remotas. O objetivo dessa pesquisa foi: analisar os desafios encontrados pelos professores para atuação do ensino remoto com alunos com déficit de aprendizagem, em tempos de pandemia. O método de pesquisa constitui-se num estudo exploratório descritivo, de abordagem qualitativo. Os resultados encontrados foram: que o maior desafio encontrado foi a falta de capacitação dos professores para o atendimento remoto, porém, eles aprenderam muito, dado que tiveram que criar situações e estratégias para chegar a seus alunos. Deixa-se como sugestão avançar na pesquisa sobre ensino remoto e educação à distância utilizando as TICs com alunos com dificuldade de aprendizagem, com a finalidade de poder entregar uma educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldade Aprendizagem. Ensino Remoto. Desafios.

LEARNING DEFICIT OF STUDENTS IN THE 6TH GRADE OF YOUTH AND ADULT EDUCATION - E.G., IN THE REMOTE TEACHING PERIOD, SCHOOL YEAR 2020, OF THE LOBO D'ALMADA STATE SCHOOL, LOCATED IN BOA VISTA – RR

ABSTRACT: The pandemic that appeared in our country in March 2020, brought with it numerous consequences. The education that before the pandemic, already had many obstacles, challenges and uncertainties, with the pandemic was accentuated, among these challenges, the one that most worried were those students with EEE, because if in the era of face-to-face education it was already difficult, with remote education it was accentuated, because it had to go from face-to-face classes to remote classes. The objective of this research was: to analyze the challenges encountered by teachers to perform remote teaching with students with learning deficits, in times of pandemic. The research method is a descriptive exploratory study with a qualitative approach. The results found were: that the biggest challenge found was the lack of training of teachers for remote care, however, they learned a lot, given that they had to create situations and strategies to reach their students. It is suggested to advance the research on remote

teaching and distance education using ICTs with students with learning disabilities, in order to deliver a quality education.

KEYWORDS: Learning Difficulty. Remote Teaching. Challenges.

INTRODUÇÃO

A pandemia iniciou-se em março de 2020 e com ela veio muitos câmbios e transformações na vida das pessoas, pois fomos obrigados a isolamento, a abandonar nossos trabalhos, as escolas a vida social para viver por aproximadamente um ano longe de tudo. A Portaria nº 343 do Ministério da Educação (MEC), de 2020, é um marco importante no contexto educacional brasileiro, especialmente diante da pandemia da COVID-19, que obrigou a adaptação do ensino tradicional para o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Esse novo modelo buscou garantir que os alunos tivessem acesso à educação, mesmo sem a possibilidade de aulas presenciais. Segundo a portaria, as orientações gerais visam assegurar o direito à educação, considerando as necessidades de adaptação de metodologias e tecnologias para que os estudantes não ficassem desamparados durante o período de suspensão das atividades presenciais.

A portaria reconheceu as dificuldades enfrentadas por muitos alunos, especialmente os que pertencem a grupos mais vulneráveis, e estabeleceu diretrizes para garantir que o acesso ao ensino fosse equitativo. Nesse sentido, o ERE teve um caráter emergencial, mas foi uma tentativa de minimizar os impactos negativos da pandemia no aprendizado dos estudantes. Consoante a isso, a portaria também reforçou a importância de se manter a inclusão educacional, sugerindo o uso de tecnologias digitais para promover um ensino adaptado às diferentes realidades dos alunos.

Os professores do ensino remoto têm desempenhado diferentes papéis e tarefas no ensino a distância. Assumiram várias tarefas, algumas individualmente e outras em colaboração com outros professores, passando tarefas de forma presencial, dando aula em plataformas digitais de forma grupal ou individual de acordo com a necessidade de cada aluno.

Uma vez finalizada a pandemia, é que apareceram as consequências, que foram inúmeras para educação e mais ainda para os alunos que requerem o Atendimento Educativo Especializado (AEE). Estes alunos assim como os professores não estavam preparados para enfrentar o isolamento pela pandemia.

O ensino remoto emergencial buscou manter o sistema educativo funcionando visando que o aluno não seja prejudicado o que poderia aprofundar ainda mais a desigualdade estabelecida no país por isso os professores buscavam estratégias para chegar aos alunos fazer trocas de planos de aula reorganizar recursos adaptar-se a tecnologia pra enfrentar esse cenário para qual não foram preparados.

Assim, esta pesquisa aborda um tema de interesse para educação e especificamente para educação de alunos com deficiências de aprendizagem, buscou-se entender como ocorreu o trabalho dos professores do EJA que atendem a alunos do 6º ano no contexto de pandemia, como ocorreu o processo de aprendizagem nesse período e quais as estratégias e atividades que foram utilizadas para assegurar a educação nesse período.

Contudo verificou-se que o professor de todos os níveis e modalidades de ensino teve queda qual o processo de AEE adaptando ao ensino remoto, porém não esquecendo de suas particularidades em relação às outras modalidades o que justifica a importância de entender esse processo durante o contexto da pandemia.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES EM SALA DE AULA

O ambiente escolar é diversificado e incentiva a diversidade, por isso não é incomum que um aluno aprenda com facilidade e o outro tenha dificuldades em determinadas áreas. Para o professor, isso representa um grande desafio, pois ele deve criar condições adequadas de aprendizagem para todos os seus alunos, levando em conta as particularidades e peculiaridades de cada aluno.

Portanto, é necessário que o professor crie condições para facilitar a aprendizagem desse aluno difícil, como muitas vezes são chamados, levando a outros problemas como

discriminação e evasão. No entanto, o professor também precisa ser devidamente formado para responder à diversidade.

Sobre isso Campos (2015), afirma que esses rótulos definem o aluno como “deficiente de aprendizagem”, o que pode acarretar diversos problemas para o aluno, como: ansiedade, agitação, depressão e falta de atenção, além de desagregação familiar e vulnerabilidade financeira. Esses fatores refletem dificuldades de aprendizagem na escola, que podem ser de curta ou longa duração, dependendo da intervenção.

Tardif (2002), afirma que “o conhecimento não está confinado exclusivo ou principalmente aos processos mentais que fundamentam a atividade cognitiva individual, mas também é conhecimento social que se manifesta nas relações complexas entre professores e alunos”. O conhecimento é social, e isso leva à constatação de que as experiências de vida auxiliam no aprendizado e as estratégias são formas de superar os desafios encontrados em sala de aula.

A abordagem de Tardif, que vê o conhecimento como um fenômeno social, pode ser muito eficaz no contexto do ERE, pois permite que o professor aproveite as interações digitais para promover um ambiente colaborativo e inclusivo, no qual os alunos possam compartilhar suas experiências e aprender uns com os outros. Essa dinâmica pode ser particularmente benéfica para alunos com dificuldades de aprendizagem, pois as tecnologias digitais oferecem múltiplas formas de apresentar o conteúdo, facilitando a personalização do ensino e o acompanhamento individualizado do progresso do estudante.

Diante dos desafios e necessidades que advêm da prática docente e da carreira docente, os docentes devem sempre buscar interagir com os alunos e buscar aprofundar os conhecimentos adquiridos em formações adequadas e na graduação e pós-graduação. Os professores precisam refletir constantemente sobre sua prática docente, e a capacitação é necessária para isso (Fonseca, 1995).

Os autores também observam que não basta conhecer os alunos apenas quando eles estavam na escola, nem conhecer seus laços familiares ou formação educacional.

Durante essa pesquisa, os professores podem ver quais fatores estão causando dificuldades para seus alunos e tomar medidas diretas para resolver o problema.

Isso porque existe uma infinidade de variáveis complexas que influenciam processo de aprendizagem, mesmo aquelas de natureza biológica, como: fatores ambientais como deficiência visual e auditiva ou falta de adaptação aos métodos utilizados em sala de aula. Portanto, alterar esses métodos pode ter grandes resultados positivos (Henklain; Carmo, 2013).

Segundo Zorzi (2009), por exemplo, algumas opções de intervenção ajudam a melhorar as habilidades da leitura e escrita de alunos com dificuldade de aprendizagem. uma sugestão é tratar as palavras em unidades menores para que os alunos possam identificar tais palavras e seus fonemas. A aplicação regular dessa prática garantirá que os alunos concluem a correspondência necessária e aprendam o conteúdo necessário.

Nesse contexto, segundo Zorzi (2009), outras estratégias também são eficazes para facilitar o processo de aprendizagem do aluno. Por exemplo, usar imagens ou materiais concretos, pedir aos alunos que falem devagar, destacar pontos importantes no texto, criar mapas mentais, dividir em grupos e aumentar o vocabulário.

Dentre as possibilidades de intervenção, segundo Skinner (1972), afirma que é errado que o professor recorra a corretivo com “penalidade” ou repreensões verbais. Os autores apontam que o castigo é um dos fatores que propiciam a evasão escolar, pois provoca o abandono escolar e levam comportamentos aversivos como: chegar sempre atrasado, não participar das atividades, faltar as aulas ou é indisciplinado.

Nesse raciocínio, o professor torna-se um estímulo aversivo para o aluno, e a relação professor-aluno é tão importante que a presença do professor pode causar desconforto emocional que não contribui para o aprendizado. A esse respeito, Purificação desse: “o currículo é um componente essencial porque a forma como essas disciplinas são apresentadas e a forma como os conhecimentos são adquiridos é diferentes” (Zorzi, 2009).

As possibilidades de intervenção devem, portanto, ser realizadas como uma abordagem pedagógica organizada e planejada, de acordo com as necessidades de cada

aluno, com adequada reestruturação e flexibilidade curricular. Além disso, o suporte educacional é essencial para reconhecer o processo e a necessidade de mudar planos diante dificuldade de aprendizagem. O currículo é um componente essencial, pois esses assuntos são apresentados e ensinados de várias maneiras.

Portanto, as intervenções por mais simples que possam parecer, tem um impacto profundo na vida do aluno. No entanto, deve-se notar que o ambiente em que os alunos estão inseridos também afeta diretamente seu aprendizado na escola, portanto, os professores sozinhos não podem resolver o problema e o apoio da família é necessário para concluir o problema com sucesso. Porque não existe a chamada “fórmula mágica” e intervenção e mudanças metodológicas podem ajudar a superar as barreiras educacionais e garantir o aprendizado e o desenvolvimento intelectual do aluno (Zorzi, 2009).

POLÍTICAS INCLUSIVAS E A LEGISLAÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

o movimento global pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e educacional criada para defender os direitos de todos os alunos, devendo estes, poder estar juntos, aprender e participar sem qualquer discriminação. A educação inclusiva é um paradigma educacional baseado no conceito de direitos humanos que une igualdade e diferença como valores indissociáveis e se desenvolve em relação à ideia de justiça formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

Estas políticas inclusivas não abrangem apenas pessoas com deficiência, pessoas com deficiência global de desenvolvimento e pessoas altas habilidades e talentos, mas também todos os alunos que têm necessidades educacionais especiais.

A educação no Brasil é regulamentada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996) (Brasil, 1996). Essa lei foi alterada pelo Decreto nº 6.571 de 2008 (Brasil, 2008) e após em 2013 pela Lei nº 12.796 (Brasil, 2013). Assim, a LDB, em referência à Educação Especial diz:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Estas e outras legislações amparam a educação especial, nesse contexto o documento do MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC, inclui razões, princípios e programas que dão a visão a ser superada os contrastes entre a educação geral e educação especial como educação. Em diferentes níveis e modalidades de educação, a educação não foi organizada em uma perspectiva inclusiva e solidária para necessidades educacionais especiais.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O atendimento educacional especializado (AEE) tem a função de preparar, identificar e organizar recursos educacionais acessíveis que visam eliminar as barreiras de recrutamento à plena participação do aluno. Este serviço é capacitar os alunos para serem mais autônomos e independentes dentro e fora da escola, em situações familiares e comunidades.

Segundo o documento do MEC/INEP (Brasil, 2013),

A Assistência Educacional Especializada (AEE) fornece atividades, recursos de ensino e acessibilidade que complementam a educação escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou alunos com altas habilidades/talentos matriculados em classes mistas (Brasil, 2013).

O Atendimento Educacional Especializado pode ser realizado na escola ou centro onde o aluno está matriculado, como também no centro com especialistas encarregados de aulas regulares após a escola regular. O trabalho com AEE ocorre em uma sala física chamada “Sala de Recursos Multifuncionais” (SRM).

Neste espaço, os professores de educação especial atendem grupos-alvo da Educação Especial e desenvolvem processos educativos que promovem atividades cognitivas nos alunos. Com uso de recursos computacionais, assistência técnica, coordenação curricular, materiais didáticos e coordenação de recursos para permitir que todos os alunos participem do processo educacional.

De acordo com Bastos (2010),

Organizar espaços com materiais didáticos e educativos e munidos de profissionais formados em necessidades educacionais especiais que contemplem diferentes áreas e aspectos relacionados com: fases do desenvolvimento cognitivo dos alunos, nível de educação, recursos específicos para aprendizagem e atividades complementares (Bastos, 2010).

Ressaltar que os serviços de AEE prestados na SRM não são chamados de reforço escolar, tem função própria e não substituem as aulas regulares, tendo em vistas as peculiaridades próprias das histórias de vida dos alunos atendidos, são respeitados e valorizados nesses espaços. Os professores são um elemento fundamental para que este

processo seja realizado e eficaz. A formação profissional desse profissional de apoio, conhecido como professor de educação especial, é, portanto, essencial (Miranda, 2022).

Como muitos outros, o AEE é um complemento ao trabalho educacional geral, porém, os professores não se sentem preparados para atender os alunos com necessidades especiais. AEE foi fundada para atender o público-alvo da Educação Especial, ou seja, crianças com deficiências, crianças com transtornos aspecto autista, crianças por superdotadas e crianças com déficit de atenção.

Este é um serviço geral de apoio instrucional que fornece os meios e métodos para tornar o aprendizado do aluno eficaz. É importante que os profissionais se especializem em educação inclusiva, que é mais ampla do que a formação específica para deficiências específicas, como audição e visão (Michels, 2017).

Assim pode ter uma visão mais abrangente de todos os déficit e transtornos, não há apenas das particularidades das crianças surdas ou cegas, que muitas vezes são menos numerosas nas escolas. Na maioria dos casos, os professores encontram crianças com deficiência intelectual em suas salas de aula.

Com um cenário tão turbulento e de tantas incógnitas e mudanças, como o momento da pandemia de COVID-19, às questões relacionadas ao atendimento de alunos com necessidades educacionais certamente foram duramente atingidas, principalmente pela demasiada ameaça da suspensão de aulas presenciais, começando com cursos a distância. Nesse sentido, o Parecer do Conselho Nacional de Educação de 28 de abril de 2020 lembrou que AEE devem ser oferecidos durante a pandemia com parte das medidas recomendadas para combater a contaminação pelo coronavírus (Souza, 2021).

Como resultado, as escolas tiveram que adaptar à nova realidade, por exemplo, o uso de mecanismos para estabelecer conexões com o ambiente educacional por meio de cursos on-line. No entanto, isso exigia que todos os alunos tivessem acesso à tecnologia necessária, e muitos alunos não conseguiam fazer cursos desse formato por não ter acesso aos equipamentos adequados e à internet. “Por questões econômicas e falta de investimento do governo no suporte tecnológico aos alunos, muitos alunos não têm

conseguido acompanhar as atividades escolares devido à pandemia” (Bandeira; Pedrosa, 2021).

Faça a estes obstáculos causados pela pandemia, o AEE foi o mais afetado, principalmente porque sua principal missão é identificar, desenvolver e organizar recursos educacionais e de acessibilidade que possam remover barreiras para permitir que esses alunos participem ativamente da sala de aula, considerando suas necessidades específicas (Brasil, 2009).

O processo de inclusão não pode parar mesmo em um cenário de pandemia. Por isso, torna-se cada vez mais importante aproveitar as adversidades que surgiram durante esta fase e transformá-las em oportunidades a partir do reinício das aulas presenciais. Portanto, fica clara a necessidade das escolas terem pelo menos dois profissionais em sala de aula, principalmente aquelas com crianças especiais (Souza, 2021).

O professor de Atendimento Especializado Educacional precisa trabalhar com professor regente tanto para articular esses alunos quanto para dar-lhe flexibilidade nas atividades e no conteúdo, pois isso permite que eles implementem inclusão com sucesso. Daí Mantoan (2005) declara o seguinte,

A educação inclusiva está aberta a todos, sem exceção. E para alunos com mobilidade reduzida, para as pessoas com deficiência intelectual, para superdotados, para todos as minorias e para crianças vítimas de discriminação por outros motivos. Costumo dizer que está junto é ir ao cinema, no ônibus e até nas aulas com pessoas que não conhecemos, não é incluir. Inclusão significa estar e interagir com outro (Mantoan, 2005).

Dessa forma, a educação inclusiva deve ser compreendida como algo real e necessário porque permite que um aluno especial conviva com colegas que não possuem necessidades essenciais, ou seja, ambos devem aprender a viver na diversidade, promover e estimular o intercâmbio entre pares e uma melhor aprendizagem para todos, professores e alunos.

CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

A capacidade do professor para identificar dificuldades aprendizagem, tem a fundamental importância para o desenvolvimento da criança. Ao diagnosticar o distúrbio, é possível fornecer ao aluno um suporte adequado e melhorar sua capacidade de aprender. O ato de compreender as etapas da criança torna-se uma ferramenta indispensável para apoiar aprendizagem eficaz.

A compreensão permite ao professor fazer o trabalho que contribui para o desenvolvimento da criança e entende que a interrupção de qualquer uma das fases em que a criança ainda está aprendendo pode acarretar dificuldades de aprendizagem (De Oliveira et al., 2010).

Para cada tipo de dificuldade, tem uma estratégia válida que pode ajudar ao aluno superá-la, assim os programas de intervenção reeducativa mais eficazes para a dislexia e discalculia visam estimular e treinar diferentes elementos sensoriais, particularmente as áreas do cérebro responsáveis pela leitura e escrita na dislexia e o pensamento lógico matemático na discalculia (Cancian; Malacarne, 2019).

Entre as dificuldades mais comuns temos as discalculia e a dislexia, pois, veremos aqui as intervenções que o professor pode realizar para ajudar a driblar essas dificuldades. No que diz respeito à dislexia, as escolas precisam encontrar maneiras de disponibilizá-las aos professores, desenvolver estratégias para fornecer o melhor cuidado possível para uma criança com dislexia em relação às suas necessidades.

Segundo Silva (2011) algumas atividades precisam ser desenvolvidas para estimular o crescimento do aluno. Para as dificuldades fonológicas, os professores devem estimular as atividades como rima, adição e segmentação, inversão de fonema. Outras atividades além da prática de ortografia devem incluir sessão como leituras de palavras e textos, aprendizado de morfemas e construção de palavras. Dessa forma, ambos os trabalhos estimulam o desenvolvimento da leitura e da consciência fonológica.

Os estímulos fonológicos consistem em vários sons, combinações de fontes sonoras, percepções auditivas, concentração e atenção, estimulando atividades que nos

permitem compreender os sons e sua formação por meio de sequência de palavras, incentive atividades que reconheçam a ordem das palavras, compreenda seu significado e criem um atendimento de que as palavras são formadas por sílabas (Tabaquim, 2016).

Os jogos também podem ser usados como ferramentas para desenvolver o aprendizado, usando movimentos corporais (como bater palmas) para ajudar a perceber e compreender as relações entre palavras e gestos, e a repetição como meio de memorização. Meios técnicos como trabalhos gravados em aulas também podem ser utilizados para melhorar a compreensão do aluno (Schirmer et al. 2004).

Segundo Silva (2011), dá mais tempo para realização da atividade, ajudar o aluno a fazer anotações, marcar e destacar o texto, adaptar a atividades as necessidades do aluno, instruções escritas, simplificar e enfatizar as partes úteis importantes, dar textos mais curtos e evitar objetos e ações que distraem. Essas são algumas das atividades que os professores devem desenvolver (Silva, 2011).

Pessoas com discalculia precisam ser encorajadas a desenvolver uma relação mais próxima com os números usando materiais realistas e de forma concretas que estimulem seus interesses e facilitem suas habilidades de aprendizagem.

Várias atividades práticas são recomendadas para ajudar as crianças com discalculia a aprender. Desenvolvimento da consciência temporal e espacial, jogos de matemática com materiais concretos, blocos lógicos, quadro de valor, posição, simulação de compra, incluir atividades de estimativa e medição, portanto, os professores devem fornecer aos alunos atividades que ajudem as crianças com discalculia a que se motivem a aprender. Lembre-se sempre que as atividades devem respeitar diferenças e individualidade de cada aluno (Cancian; Malacarne, 2019).

É muito importante que as crianças que sofrem de dificuldades de aprendizagem, discalculia, se envolvam em atividades tangíveis e relevantes o mais cedo possível, para que a aprendizagem com ferramentas possa ser conectada às realidades fora da escola, e assim aumentar a eficácia do aprendizado.

Atividades desenvolvidas como projetos, dramatizações, concursos e outras alternativas devem compor o repertório instrucional do professor como estratégias para

estimular os alunos a atingirem seus objetivos de aprendizagem. Uma variedade de atividades pode despertar e estipular o interesse dos alunos e, assim, aumentar sua capacidade reter informações (Silva; Costa, 2008).

DO ENSINO PRESENCIAL AO REMOTO: LIMITES E POSSIBILIDADES

A pandemia da COVID-19 surgiu em todo o mundo em meio a um debate que, ao menos no Brasil, que por décadas esteve confinado as discussões no meio acadêmico, raramente atingiu as aulas: o uso da informática (tecnologia da informação e comunicação) no processo de ensinar e aprender. A oferta de educação mediada por tecnologia é sempre confrontada com barreiras, baseadas principalmente na desinformação e no despreparo dos professores.

Mesmo que a Câmara Legislativa em 2008 tinha aprovado uma lei proibido uso de aparelho celular nas escolas, para as instituições educativas é uma das dificuldades por vencer, pois não conseguem aplicar essa lei, neste contexto surge a seguinte pergunta: estão as escolas e o estado indo para caminhos diferentes nesta encruzilhada? Tendo em consideração que todo processo pedagógico só é possível por dois agentes: o educador e o educando (Reis; Rosa, 2021).

Durante o “distanciamento social”, o desafio inicial foi encontrar uma lógica onde a distância física e ferramentas de informação não representam distância, si não, aproximação com a realidade, discursos, expectativas e compromissos estabelecidos em coletivos. A política de democratização do acesso à internet que foi levada consideração garante acesso a 70 por cento da população, segundo dados da pesquisa TIC Domicílio 2018, porém na mesma pesquisa, se evidenciou que 85% dos internautas das classes D e E acessam à rede exclusivamente via celular, 2 por cento apenas via computador e 13 por cento via celular e computador (Cetic.br, 2019).

A tecnologia e o pensamento científico nunca estiverem tão intimamente ligados nesse novo mundo, das perspectivas e necessidades de ensino em tempo de isolamento que passou a ser um aspecto positivo que deixou a pandemia, reconexão e reafirmação do pensamento em aula no ponto de vista da Ciência e da informação, juntas inseparáveis.

Porém a organização da informação é o desafio maior para a escola. Como resultados, os aparentes celulares foram escolhidos como ferramenta central para formação, bem como para a produção/modificação e transmissão de conteúdos. O treinamento inclui vídeo chamadas com transmissão permitindo a interação entre jovens e professores (Reis; Rosa, 2021).

Portanto, quando falamos em educação pública estadual e municipal, devemos considerar um fator que impede o bom funcionamento dessa tecnologia: a ausência de Wi-Fi internet de qualidade com acesso gratuito nas escolas. Esses aparelhos precisam da internet para funcionar corretamente, e muitas escolas não possuem esse recurso e as pessoas só utilizam para os serviços burocráticos institucionais (Cetic.br, 2019).

Para Faustino e Silva (2020) implementar ensino a distância não é fácil. Para romper com os processos de ensino e aprendizagem virtual presencial, é preciso lidar de forma mais intensa com os recursos tecnológicos até então pouco utilizar ambiente escolar.

Essa forma de ensino exige uma nova metodologia em que o conteúdo deve ser abordado de forma diferente, pois há limites para compreensão do conteúdo mesmo para alunos com acesso a meios técnicos. Nas aulas presenciais há mais suporte e contato direto com o professor. Além disso, cabe ressaltar que nem todos os conteúdos de acordo às suas características, podem ajustar-se adequadamente no ensino remoto.

Nesse novo cenário, o ensino ocorre por meio de uma plataforma virtual, sendo que os professores alunos não possuem formação do domínio de ferramentas digitais. Além disso, muitos moram em locais sem acesso à internet ou com conexão instável. É preciso dizer que há casos de professores e alunos que não possuem PC e seus dispositivos móveis são a única forma de acessar a internet.

Às vezes, eles não suportam transferência de informação por muitas pessoas e o uso de alguns tipos de aplicativos. Embora distanciamento social, ou seja, essencial para a população evitar a propagação do COVID-19, ele pode impactar a saúde mental de todos em uma rotina incomum, insegura e temporária. A soma desses fatores gerou sentimentos conflitantes: medo do contágio, ansiedade e estresse diante de uma nova

doença sobre a qual pouco se sabe, negação diante do sofrimento, incerteza sobre o futuro e perdas associadas à pandemia (César, 2020).

Um dos maiores desafios do ensino a distância é a eficiência do aprendizado, pois estar conectado não significa necessariamente fazer cursos online. Um aluno conectado à turma em uma plataforma virtual de aprendizagem pode desligar a câmera a pedido do professor ou dele mesmo, justificando a melhoria da conexão.

Durante esse tempo, ele pode desenvolver outras atividades em paralelo às sugeridas pelo professor. Não há, portanto, certeza de que os alunos estejam realmente conectados e realmente presentes no ambiente virtual onde são desenvolvidas as atividades síncronas e assíncrona proposta pelo professor (Dias, 2020).

O ATENDIMENTO REMOTO PARA ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E RECURSOS TECNOLÓGICOS

A implementação de tecnologias no ensino remoto, especialmente para alunos com dificuldades de aprendizagem, não só oferece um suporte personalizado, mas também permite que os educadores acompanhem o progresso dos estudantes de maneira contínua e eficaz.

Segundo Moraes (2021), ao integrar ferramentas digitais como aplicativos de leitura, plataformas de jogos educativos e recursos de acessibilidade, é possível criar experiências de aprendizagem mais inclusivas, levando em consideração as particularidades de cada aluno, como a necessidade de maior tempo para processamento da informação ou a utilização de recursos assistivos.

Além disso, a utilização de tecnologias no ensino remoto pode representar uma forma de diminuir as desigualdades no acesso ao conhecimento. Consoante a isso, Silva (2019) afirma que a educação inclusiva não se limita à adaptação do currículo, mas envolve também a adaptação de métodos de ensino, que podem ser significativamente aprimorados através do uso de recursos digitais.

A autora argumenta que a flexibilidade proporcionada por ferramentas como videoaulas gravadas e sistemas de acompanhamento online contribui para o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, especialmente para aqueles alunos que enfrentam barreiras tradicionais no ambiente de sala de aula presencial.

No entanto, não basta apenas a introdução de tecnologias; é essencial que a utilização dessas ferramentas seja acompanhada de uma estratégia pedagógica adequada. Segundo Barreto (2020), a utilização eficaz de tecnologias no atendimento remoto depende de uma formação contínua dos professores, que devem estar aptos a utilizar os recursos digitais de maneira criativa e inclusiva. Barreto ressalta que “os professores são fundamentais para garantir que as tecnologias sejam ferramentas de inclusão, e não barreiras para os alunos com dificuldades de aprendizagem”.

Ainda sobre o impacto positivo do atendimento remoto, Marques (2022) enfatiza que, com o uso de tecnologias como as plataformas de videoconferência e softwares interativos, é possível criar uma rede de apoio colaborativo entre alunos, educadores e familiares. A interação constante e o acompanhamento próximo tornam-se vitais para o progresso dos alunos com dificuldades de aprendizagem, proporcionando uma sensação de pertencimento e apoio emocional, fatores essenciais para o sucesso escolar.

Contudo, é importante destacar que o atendimento remoto também apresenta desafios significativos. Em muitos casos, a falta de recursos tecnológicos por parte dos alunos, como acesso à internet de qualidade ou dispositivos adequados, pode limitar a eficácia desse modelo.

Para superar tais obstáculos, Souza (2021) sugere que a gestão pública e as instituições educacionais devem investir em políticas públicas que garantam a distribuição de equipamentos tecnológicos e conectividade para as famílias em situação de vulnerabilidade. Só assim será possível garantir que todos os alunos, independentemente das condições socioeconômicas, tenham acesso pleno ao ensino remoto.

A pesquisa de Almeida (2019) aponta que a educação a distância, quando bem estruturada, pode representar um avanço significativo na educação inclusiva. A autora

destaca que os recursos tecnológicos, como vídeos, tutoriais interativos e aplicativos educacionais, são eficazes para criar condições que atendem às necessidades específicas de cada aluno.

Quando combinada com estratégias pedagógicas adequadas, essa modalidade tem o potencial de superar barreiras físicas e sociais, permitindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso ao conhecimento e à participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, Costa (2018) afirma que “é imprescindível que a implementação de tecnologias no ensino remoto seja planejada de forma estratégica, com treinamento adequado dos educadores e adaptação das ferramentas às necessidades dos alunos”. Isso significa que as tecnologias não devem ser usadas apenas como um substituto das aulas presenciais, mas sim como uma ferramenta que potencializa as metodologias pedagógicas, tornando-as mais inclusivas e acessíveis.

A formação contínua dos professores e o uso consciente das tecnologias são essenciais para garantir que a implementação do ensino remoto seja realmente eficaz e beneficie todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais.

A importância da formação de professores também é enfatizada por Silva (2021), que destaca que os educadores precisam de uma compreensão clara das ferramentas digitais para criar ambientes de aprendizagem acessíveis. Para Silva, o professor que conhece a tecnologia não apenas utiliza as ferramentas, mas também as adapta conforme as demandas dos alunos, proporcionando um atendimento mais eficaz.

Em conclusão, o atendimento remoto para alunos com dificuldades de aprendizagem, aliado ao uso adequado de recursos tecnológicos, pode ser um instrumento poderoso para promover a inclusão educacional. Contudo, é necessário que sua implementação seja acompanhada de estratégias pedagógicas bem planejadas, formação contínua dos educadores e a criação de ambientes acessíveis e personalizados, para garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender de maneira efetiva e significativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. (2019). Educação a distância: recursos tecnológicos e inclusão. São Paulo: Editora Educação.
- BARRETO, L. F. (2020). A formação contínua dos professores e o uso criativo de tecnologias na educação inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Summus.
- BARRETO, T. (2020). Tecnologias e inclusão no ensino remoto: a formação de professores e os desafios da prática educativa. São Paulo: Editora Educação.
- BASTOS, A. M. (2010). A organização de espaços pedagógicos para a educação inclusiva. São Paulo: Editora Educação e Sociedade.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/>
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP. Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de abril de 2020. Institui orientações gerais para garantir o direito à educação durante a suspensão das aulas presenciais e a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/>
- CANCIAN, L.; MALACARNE, J. L. (2019). Estratégias para o ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem: abordagens eficazes. São Paulo: Editora Educação e Sociedade.
- CÉSAR, L. (2020). Impactos emocionais e psicológicos da pandemia no contexto educacional. São Paulo: Editora Saúde e Educação.
- CETIC.br. (2019). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- CAMPOS, F. (2015). O impacto dos rótulos na aprendizagem: reflexões sobre o estigma educacional. São Paulo: Editora Educação.
- COSTA, R. (2018). Dificuldades de aprendizagem e as tecnologias assistivas. Rio de Janeiro: Editora Inclusão.
- DA SILVA, J. L.; DA COSTA, M. T. (2008). A educação e as metodologias ativas: atividades que estimulam a aprendizagem. Rio de Janeiro: Editora Atlas.
- DE OLIVEIRA, J. C. et al. (2010). A interrupção do processo de aprendizagem e seus impactos nas fases do desenvolvimento cognitivo. *Revista Brasileira de Educação*, 15(2), 78-90.

DIAS, F. (2020). Desafios do ensino remoto: a presença e o engajamento dos alunos nas atividades virtuais. Rio de Janeiro: Editora Educação em Foco.

FAUSTINO, C.; SILVA, R. (2020). Desafios e estratégias no ensino a distância: a adaptação do modelo pedagógico à tecnologia. Porto Alegre: Editora Penso.

FONSECA, L. (1995). A prática docente e a necessidade de capacitação contínua. São Paulo: Editora Educação.

HENKLAIN, A.; CARMO, L. (2013). Desafios no processo de aprendizagem: fatores biológicos e ambientais. São Paulo: Editora Educação.

IMBERNÓN, F. (2010). A formação permanente dos docentes: desafios e perspectivas. Porto Alegre: Editora Artmed.

LEITE, P. (2020). Tecnologias educacionais no atendimento remoto: desafios e possibilidades. Belo Horizonte: Editora Saber.

MARCES, E. (2022). A rede de apoio no ensino remoto: colaboração entre alunos, educadores e famílias. Porto Alegre: Editora Inclusiva.

MARQUES, A. F. (2022). Tecnologia e aprendizagem inclusiva: plataformas digitais e seu impacto no ensino remoto. Curitiba: Editora CRV.

MANTOAN, M. T. (2005). Inclusão: construindo uma escola para todos. São Paulo: Editora Moderna.

MICHELS, A. L. (2017). Educação inclusiva: estratégias pedagógicas para a diversidade. Porto Alegre: Editora Mediação.

MIRANDA, A. R. (2022). A formação do professor de educação especial: desafios e perspectivas para a prática inclusiva. São Paulo: Editora Artmed.

MORAES, A. (2021). Tecnologias assistivas no ensino remoto: adaptação e personalização do aprendizado. Rio de Janeiro: Editora de Inclusão.

REIS, L. F.; ROSA, P. M. (2021). A relação educativa: o papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Editora Educação e Sociedade.

SCHIRMER, E. et al. (2004). Tecnologia assistiva no ensino de alunos com necessidades especiais. São Paulo: Editora Summus.

SILVA, A. M. (2011). Desenvolvimento cognitivo e estratégias pedagógicas no atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Editora Mediação.

SILVA, P. (2019). Educação inclusiva e tecnologias digitais: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora Saber.

SILVA, L. (2021). Formação de professores para o uso de tecnologias no ensino remoto. Campinas: Editora do Saber.

SKINNER, B. F. (1972). Reflexões sobre a psicologia da educação. São Paulo: Editora Cultrix.

SOUZA, S. L. (2021). Desafios e adaptações do AEE durante a pandemia. *Educação Inclusiva*, 12(4), 34-42.

SOUZA, F. (2021). Políticas públicas e a democratização do acesso às tecnologias educacionais. Brasília: Editora Educação Pública.

TABAQUIM, M. (2016). Práticas pedagógicas para o ensino da leitura e escrita em alunos com dislexia. Curitiba: Editora Gente.

TARDIF, M. (2002). O conhecimento docente e a formação profissional: para uma abordagem prática do ensino. Porto Alegre: Editora Artmed.

ZORZI, J. (2009). Intervenções pedagógicas no ensino de leitura e escrita para alunos com dificuldades de aprendizagem. São Paulo: Editora Artmed.

Submissão: outubro de 2024. Aceite: novembro de 2024. Publicação: fevereiro de 2025.